

MEMÓRIAS

GUSTAVO WERNECK

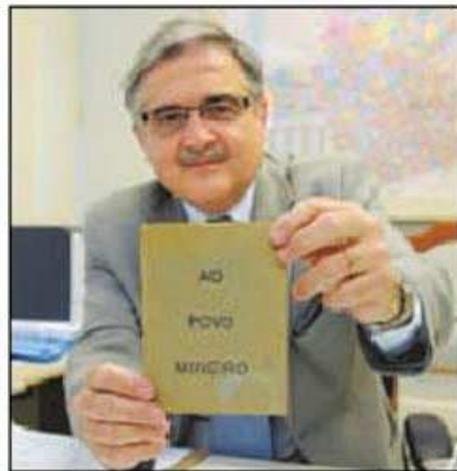
Há 70 anos, o mundo estava em guerra e o Brasil sob estado de opressão. Com o poder da Constituição de 1937, o presidente Getúlio Vargas (1882–1954) mantinha o Congresso fechado, censura à imprensa, liberdades democráticas no limbo e o federalismo à margem, enquanto a repressão comia solta a mando do chefe da polícia política, Filinto Müller (1900–1973), acusado de prisões arbitrárias e tortura. Foi nesse ambiente de terror que um grupo de intelectuais, advogados, médicos, comerciantes, fazendeiros, industriais e outros profissionais redigiu clandestinamente e divulgou, em 24 de outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros. “Foi o primeiro brado a favor da democracia e contra o Estado Novo, regime autoritário comandado por Vargas de 1937 a 1945, e a famigerada Lei de Segurança Nacional. Quem assinou o documento foi destemido e assumiu a responsabilidade e risco”, diz o juiz de direito Marcos Henrique Caldeira Brant, integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), que há um ano pesquisa os fatos sobre essa página da história do Brasil ainda pouco conhecida.

Para celebrar a data, que marca a memória brasileira, haverá uma série de eventos (veja programação), informa o diretor-geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais (Iomg), Eugênio Ferraz, citando o lançamento pelo governador Antonio Anastasia, sexta-feira, no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa, da edição fac-similar comemorativa dos 70 anos do manifesto. As celebrações começam quinta-feira, com sessão solene na Assembleia Legislativa, e vão até 6 de novembro, com evento na Iomg, reunindo Tribunal de Justiça (TJMG), Ministério Público (MPMG), Ordem dos Advogados do Brasil/Seção MG, Instituto dos Advogados de Minas Gerais e IHGMG. “O manifesto foi uma demonstração de civismo, ética, nacionalismo e luta pela liberdade”, afirma Ferraz.

Artur Bernardes (1875–1955), chefe do Executivo mineiro de 1918 a 1922 e presidente da República de 1922 a 1926.

Também assinaram o documento Pedro Aleixo (1901–1975), professor de direito, um dos fundadores do Estado de Minas e vice-presidente no governo do marechal Costa e Silva; médico e escritor Pedro Nava (1903–1984); Tristão da Cunha (1892–1973), político, professor e avô paterno do senador Aécio Neves, e o jornalista e advogado Geraldo Teixeira da Costa (1913–1965), que foi redator-chefe e diretor do EM e depois diretor-geral dos Diários Associados. Segundo o juiz, os idealizadores e redatores foram Dario de Almeida Magalhães, Odilon Braga, Virgílio de Melo Franco e Luiz Camillo de Oliveira Neto, ficando a revisão ficou a cargo de Milton Campos e Pedro Aleixo.

O texto começou com 76 nomes e depois foi acrescido de 16, chegando a 92. “Teve gente que se recusou a assinar e outros que, com me-



“

Quem assinou o

do de perseguição, pediram para o nome ser retirado”, conta Caldeira Brant. Até chegar à impressão final, o documento reivindicando a volta do Estado de direito passou por longo caminho. E teve lances de alta tensão. Inicialmente, foi datilografado, com um anexo em folha de papel almaço, depois redatilografado com os nomes dos signatários em ordem alfabética – “para não haver nenhuma cabeça” – e mimeografado. O passo seguinte foi encaminhar para a tipografia em Barbacena, do gráfico Dario Bernardo, que rodou os 5 mil exemplares somente à noite, para não levantar suspeitas.

Assim que o serviço terminou, o comerciante Achilles Maia, responsável pelo pagamento da impressão, acondicionou os volumes em seis sacos de aniagem e os colocou no porta-malas de seu Buick, rumando para o Rio, então capital federal. A distribuição foi feita, além de Belo Horizonte e Rio, em São Paulo, Bahia, que chegou a fazer um manifesto sem

PROGRAMAÇÃO

70 ANOS DO MANIFESTO DOS MINEIROS

- **Dia 24**, às 20h, na Assembleia Legislativa – Sessão especial convocada pelo presidente Dinis Pinheiro em homenagem ao Manifesto dos Mineiros
- **Dia 25**, às 11h, no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa – Lançamento oficial, pela governador Antonio Anastasia, da edição fac-similar comemorativa do Manifesto dos Mineiros
- **Dia 26**, às 10h, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Rua Guajajaras, 1268, no Barro Preto, em BH) – Sessão especial promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/Seção Minas Gerais e Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Lançamento da medalha



No documento, os nomes de quem assinou

sucesso, e Pernambuco. O dia 24 de outubro foi escolhido por ser emblemático, explica Caldeira Brant, pois se tratava da data de aniversário da vitória da Revolução de 1930, que levou o gaúcho Vargas ao poder com a união de forças de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba. “Com o Estado Novo e o fim da democracia, os mineiros se sentiram traídos por Getúlio”, explica o juiz. Mas houve outro estímulo forte: a comemoração do centenário da Revolução Liberal de 1842. O conflito, com última batalha em Santa Luzia, na Grande BH, tinha de um lado as tropas imperiais comandadas pelo brigadeiro Luis Alves de Lima e Silva (1803–1880), futuro Duque de Caxias, e do outro, as forças chefiadas pelo mineiro Teófilo Otoni (1807–1869). No meio, a defesa dos princípios constitucionais e da liberdade.

PERSEGUIÇÃO Advogado criminalista experiente e renomado, Pedro Aleixo fez uma revisão cuidadosa no documento, de forma a evitar palavras que pudessem enquadrar os mineiros na Lei de Segurança Nacional. De imediato, o governador de Minas nomeado por Vargas, Benedito Valadares (1892–1973), tentou minimizar a repercussão do manifesto, dizendo que tudo “não passava de água de flor de laranjeira”. Vargas, por sua vez, depreciou os efeitos, chamando os signatários, a maioria advogados, de “leguleios em férias”.

Sem achar um senão para prender ou incriminar os manifestantes, Getúlio usou a perseguição financeira, determinando a demissão dos empregos órgãos públicos e setores privados. Assim, Milton Campos foi demitido da Caixa Econômica Federal, da qual era advogado; Magalhães Pinto saiu da direção do Banco da Lavoura; Pedro Nava, exonerado do cargo de médico da prefeitura do Rio de Janeiro; Cândido Neves perdeu o cargo no Banco do Comércio e da Indústria de Minas; Adauto Lúcio